



## Os militantes da Ação Popular (AP) e o Movimento Operário no Rio Grande do Sul: 1967-1971.

Cristiane Medianeira Ávila Dias\*

**Resumo:** Este artigo é parte de um projeto mais amplo, desenvolvido na dissertação de mestrado, junto ao Programa de Pós Graduação em História (PPGH), da Universidade de Passo Fundo (UPF) e tem como objetivo analisar as atividades realizadas por militantes da organização de esquerda Ação Popular (AP) junto ao movimento operário, no Rio Grande do Sul, de 1967 até 1971. No ano de 1967, verificou-se um aumento nas manifestações de oposição a ditadura civil-militar, instaurada no país com o golpe de 1964, organizadas pelo movimento operário e outras organizações de esquerda, entre as quais estava a AP. A participação dos militantes da AP em movimentos de contestação à ditadura, tanto em nível nacional como estadual, foi um reflexo da progressiva aproximação da organização com o marxismo. Nessa fase, a AP também deu início a um movimento de integração dos seus militantes na produção, enviando-os para trabalharem em áreas rurais ou urbanas de várias regiões do Brasil. O deslocamento dos militantes tornou-se mais intenso, por medida de segurança, após a decretação do Ato Institucional nº5, AI-5, em 1968, que marcou o aumento da repressão desferida pelos órgãos de segurança contra as organizações de esquerda em todo o país.

**Palavras-chave:** Ação Popular. Rio Grande do Sul. Movimento Operário.

**Abstract:** This article is part of a larger project, developed in the master degree dissertation, with the Postgraduate Program in History (PPGH), of the University of Passo Fundo (UPF) and it aims to analyze the activities carried out by militants from the leftist Popular Action organization (AP) with the labor movement, in Rio Grande do Sul, from 1967 to 1971. In 1967, there was an increase in manifestations of opposition to civil-military dictatorship, established in the country with the coup of 1964, organized by the labor movement and other leftist organizations, including the AP. The participation of AP militants in protest movements against the dictatorship, at both national and state levels, was a reflection of the progressive approach of the organization with Marxism. In this phase, the AP also

---

\*Mestre em História Regional - UPF. Endereço Eletrônico:cristiane-historia@hotmail.com



initiated a movement of integration of its militants in the production, sending them to work in rural or urban areas of several regions of Brazil. The displacement of the militants became more intense, for security purposes, after the decree of the Institutional Act No. 5, AI-5, in 1968, that marked the rise of repression unleashed by security agencies against leftist organizations across the country.

**Keywords:** Popular Action. Rio Grande do Sul. Labor Movement.

## **Introdução**

A Ação Popular (AP) foi uma organização de esquerda fundada em 1962 e seu surgimento relacionou-se às mudanças ocorridas nos movimentos leigos da Igreja Católica, na década de 1950, que, à época, voltaram sua atenção para as questões sociais, influenciados por pensadores europeus. Essa corrente de ideias ganhou força com a nomeação de Hélder Câmara, da ala progressista, para assistente nacional dessa Igreja no Brasil, pois ele iniciou uma série de discussões em torno da necessidade de desenvolver novas práticas que aproximassem os cristãos das massas, as quais envolveram a hierarquia e os movimentos leigos, entre os quais estavam a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). (DELGADO, 2007).

Conforme essa nova tendência, os cristãos deveriam fazer uma análise da sociedade e construir uma utopia social, um modelo a ser seguido, que trazia para o pensamento dos movimentos leigos uma visão do progresso histórico. Em razão disso, a doutrina ideológica adotada pela AP, desde a sua fundação até o golpe civil-militar de 1964, foi o “socialismo humanista”, que reunia ideias retiradas de documentos progressistas produzidos pela Igreja e do marxismo. O socialismo humanista se diferenciava da orientação política de outras organizações de esquerda, a saber, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por colocar o socialismo como objetivo do presente e não um projeto para o futuro. O socialismo humanista, de acordo com Sales, definia-se como:

Um movimento político-ideológico, fundamentado numa ideologia própria, numa visão do homem e do universo que sendo universal aspira a ser um ponto de convergência e união de toda a força para trabalhar o desenvolvimento integral do homem; um movimento revolucionário que se propõe a formar quadros que possam participar de uma transformação



radical da estrutura da sociedade brasileira em sua passagem do capitalismo ao socialismo (2007, p.28).

A adoção dessa doutrina ideológica fez com que os militantes da AP realizassem, desde a sua fundação até o golpe civil-militar de 1964, um trabalho político concreto junto às massas, apoiando, mesmo que de forma crítica, o projeto de governo do João Goulart, as Reformas de Base<sup>1</sup>, desenvolvendo atividades, principalmente no meio estudantil, camponês e operário do país. Assim, a AP participou do Movimento de Educação de Base (MEB), que trabalhava os conteúdos normais da matriz curricular e, de maneira paralela, a conscientização crítica e política nos alunos, lutando pela valorização da cultura popular local e também pela autonomia das comunidades rurais.

No entanto, as atividades desenvolvidas pela AP junto às massas foram interrompidas com o golpe civil-militar de 1964, que marcou o início da repressão desferida pelos agentes de segurança contra os grupos de oposição em todo o país. Na AP, o golpe provocou um esvaziamento no seu quadro de militantes e várias cisões internas, sendo que o período posterior foi marcado por debates que envolviam o referencial teórico que deveria ser adotado pela organização, bem como, quais diretrizes deveriam seguir suas atividades políticas. Parte dos militantes defendia que as suas ações deveriam ficar restritas à exploração das contradições internas da ditadura, enquanto outra se posicionava a favor da adoção da luta armada (DIAS, 2003, p. 96).

Nessa fase, a AP entrou num processo de discussão para avaliar os rumos que seriam tomados pela organização com a instauração da ditadura. Logo, os militantes começaram a debater internamente qual referencial teórico deveria ser adotado pela organização; se o Brasil era um país semifeudal e a revolução deveria vir do campo para a cidade ou, se ele já era industrializado e a revolução teria que ser da cidade para o campo, seguindo o modelo de Mao Tsé-Tung ou ainda se deveria seguir o exemplo cubano de insurreição urbana, de guerrilha, seguindo a leitura de Régis Debray. Em razão disso, parte da organização passou a defender a realização de um trabalho de conscientização que permitisse a aproximação entre os militantes e os trabalhadores, dando início, em 1967, a uma política que ficou conhecida como movimento de integração na produção.

---

<sup>1</sup>Reformas de base: As reformas compreendiam as seguintes mudanças; a reforma agrária, urbana, bancária, tributária, eleitoral, universitária e a reforma do estatuto do capital estrangeiro. (REIS FILHO, 2004, p. 32).



O movimento de integração na produção resultou de uma tendência defendida teoricamente por parte dos militantes da AP, que determinava o seguinte: o intelectual, o estudante, o profissional liberal que integravam a organização, para entender o que era o proletariado, tinha que viver um tempo trabalhando numa fábrica, desenvolvendo atividades diárias com os operários, entre as quais estavam a fomentação de discussões políticas, a participação em reuniões, sindicatos e ações em conjunto com os trabalhadores, como a organização de manifestações que marcavam o dia 1º de maio. Além disso, os militantes deveriam residir em vilas operárias, para se habituarem as difíceis condições de vida nesses locais.

Nesse contexto, a AP influenciada pelo marxismo, participou de várias atividades vinculadas ao movimento operário, como aquela realizada em outubro de 1967, quando 20 centrais sindicais se reuniram em São Paulo, para fundar o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), que tinha por finalidade reunir um grupo de operários capazes de organizar ações de oposição a ditadura civil-militar e as medidas econômicas impostas pelo governo, que estavam ocasionando arrocho salarial. Para mobilizar um número expressivo de operários, os coordenadores do MIA faziam panfletos que eram distribuídos nas portas das fábricas e metalúrgicas, onde os operários eram convocados a participarem de assembléias onde seriam tratados temas de importância para a categoria, que culminou com uma manifestação que ocorreu no mês de novembro de 1967, na cidade de São Paulo.

Já o movimento operário regional passou por um processo de fortalecimento nos anos de 1967 e 1968, sendo que o MIA surgiu a partir da união entre a ação sindical e a ação operária e tornou-se o responsável por conduzir uma série de protestos realizados contra os baixos salários e as más condições com as quais conviviam os operários no Rio Grande do Sul. As manifestações realizadas nesse ano marcaram o início de um processo de mobilização que culminou com as greves que atingiram várias regiões do país no ano de 1968, o qual foi interrompido somente com a decretação do Ato Institucional nº 5, AI-5, em dezembro daquele ano.

Em seu depoimento, um militante de AP que trabalhou na Companhia Industrial de Materiais Automobilísticos do Brasil (CIMA), no ABC paulista, declarou que, nessa fase, eles já faziam um trabalho sindical nas fábricas da região e o processo de luta, que culminou nas greves de 1968, iniciou quando o governo decretou, em 1966, o fim da estabilidade no trabalho, que foi substituída pela criação do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).



Com essa medida, os trabalhadores perderam a estabilidade adquirida após 10 anos de serviço dentro de uma mesma empresa, da qual só poderiam ser afastados por justa causa, sendo que a mudança provocou uma queda geral nos valores dos salários, bem como substituições constantes de funcionários nas fábricas. Nessa fase, a AP tinha várias células de base dentro das fábricas automobilísticas do ABC paulista, como por exemplo, na Crysler, na Wolkswagen, na Willians e na Mercedes-Benz., sendo responsável por organizar a maior parte das ações desempenhadas pela oposição sindical.

No Brasil, o ano de 1968 ficou marcado, primeiro pela onda de protestos estudantis efetuados, após a morte do estudante Edson Souto, no restaurante Calabouço, que pertencia à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); pelas manifestações realizadas no dia 1º de maio, que reuniu estudantes e operários em uma passeata contra a ditadura civil-militar pelas ruas de São Paulo; pelos movimentos grevistas realizados por metalúrgicos em Osasco (São Paulo) e em Contagem (Minas Gerais) que reivindicavam aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho e de vida dos operários e pela “Passeata dos Cem mil”, que reuniu “estudantes, artistas, intelectuais, parlamentares, padres da Igreja Católica, setores das classes médias” em protesto contra a ditadura civil-militar e as medidas impostas por seus representantes à população brasileira (PAES, 1993).

No Rio Grande do Sul, a comemoração do 1º de maio foi realizada pelo movimento operário em um campo de futebol da zona norte de Porto Alegre e ocorreu com certa tranquilidade. No entanto, após as festividades nesse local, um militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em companhia de outros trabalhadores, saiu pelas ruas da cidade com um alto-falante pregando palavras de ordem em defesa das propostas dos trabalhadores e contra a ditadura civil-militar, mas acabaram sendo presos pela polícia. A prisão de uma liderança operária prejudicava muito o movimento na região onde ele atuava, pois além de desestruturar parte das atividades da organização, também gerava medo nas pessoas e representava um ganho para a ditadura, que noticiava na imprensa o fato como uma ação vitoriosa do governo.

Na interpretação de Alves, o AI-5, que restringiu ainda mais as liberdades políticas porque forneceu poderes para que o executivo pudesse cassar mandatos, demitir funcionários públicos e decretar o fechamento do Congresso Nacional e, por isso, marcou uma nova fase na luta entre a ditadura civil-militar e a esquerda, pois forneceu os subsídios para que o governo aperfeiçoasse os órgãos de segurança montados pelo estado, utilizando-os para



reprimir com violência as atividades das organizações. Com essas medidas, a repressão pôde atuar sem restrições, pois não era mais necessário existir uma acusação formal ou um mandado judicial para se efetuarem prisões. Tais fatos, aliados às medidas repressivas instauradas sobre o Judiciário, provocaram “sérios abusos de poder e a tortura de presos políticos” (1989, p.136).

O acirramento da repressão contra os grupos de esquerda motivou a direção nacional da AP, por medida de segurança, a aumentar o envio de militantes para integrarem a produção em várias regiões do país, numa tentativa de dificultar a ação da polícia sobre eles. A ideia para o surgimento do movimento de integração partia do princípio que os intelectuais e os estudantes conheciam os aspectos teóricos da revolução, mas os operários e os camponeses, pela ligação direta com a produção, eram os únicos agentes capazes de conduzir transformações de caráter estrutural no país. Como a AP era formada principalmente por militantes oriundos do movimento estudantil, cujas atividades estavam baseadas na distribuição de panfletos e a participação em reuniões políticas, tornava-se necessário e urgente que a organização mantivesse um contato mais estreito com os trabalhadores, para que esses comesçassem a compor o quadro de militantes do grupo.

Assim, uma das finalidades da AP ao assumir a política de integração era fazer uma tentativa de acabar com o caráter “pequeno-burguês” do grupo, embora esse não fosse o seu principal objetivo. O fator preponderante para a realização do movimento estava na necessidade da organização possuir mais operários e camponeses entre os seus militantes, pois considerava esses os únicos agentes capazes de conduzir uma revolução de caráter socialista no país, tarefa para a qual os estudantes não estavam preparados. A AP pretendia com esse movimento, antes de tudo, mudar o seu quadro de adeptos, ampliando a sua composição para englobar agentes diretamente ligados ao processo produtivo. (SANTANA, 2008).

A adoção dessa política também foi influenciada pela Revolução Cultural Chinesa (1966-1976), implantada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh) com a finalidade de diminuir a distância existente, naquele país, entre os trabalhadores que exerciam atividades intelectuais e aqueles que exerciam atividades manuais. Em virtude dessa orientação, vários intelectuais chineses foram enviados para trabalharem entre os camponeses e operários do país, para que sofressem uma “reeducação ideológica”. Os objetivos dessa “educação política” eram desenvolver, nas pessoas, determinadas características de comportamento, entre as quais



estavam a honestidade, o igualitarismo, a aproximação entre os intelectuais e as massas, além da não separação das atividades realizadas por eles. Nesse modelo de sociedade, a pessoa deveria tornar-se capaz de corrigir os seus próprios erros de comportamento e também os desvios políticos. (SANTANA, 2008, p.123).

Nesse contexto, a direção nacional designou, em 1969, o casal de militantes, Nilce e Antonio para assumirem a AP no Rio Grande do Sul, pois a organização tinha perdido a maior parte dos seus militantes no estado, que estavam presos ou haviam partido para o exílio depois do AI-5, sendo que coube a Nilce dirigir o Movimento Operário e o setor de serviços, enquanto Antonio ficaria responsável pelo Setor da pequena burguesia, e tornou-se dirigente estadual da organização.

A escolha da região para onde seriam designados os militantes da AP era realizada pela direção nacional, que fazia um estudo da área seguindo determinados critérios previamente estabelecidos. Assim, a AP realizava uma pesquisa através da qual seus dirigentes definiam as “áreas prioritárias” ou “estratégicas” para as atividades do grupo a partir de um levantamento detalhado dos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais de determinadas regiões. Além disso, os militantes a serem integrados na produção passavam por uma fase de estudos, que tinha por objetivo aumentar “o nível ideológico e teórico da militância”, com assuntos que compreendiam o programa de estudos aplicado pela organização (SANTANA, 2008, p. 64).

Em relação ao treinamento recebido pelos militantes, Nilce ressaltou que muitas pessoas foram encaminhadas para a integração sem terem recebido a formação adequada para esse fim e não suportaram as dificuldades com as quais se depararam ao morar e trabalhar com os operários. Na avaliação de Nilce, as dificuldades enfrentadas por alguns militantes estavam ligadas ao fato deles visualizarem o processo de integração, o fato de irem conviver com os operários dentro de uma perspectiva romântica, não avaliando de maneira profunda a dureza que iriam encontrar ao optar pela clandestinidade, pois além deles terem que viver com documentos falsos, morando em condições precárias, não podiam contar as outras pessoas sua própria história de vida.

Para Ridenti, o “romantismo revolucionário” esteve presente não apenas na política de integração na produção adotada pela AP, como também nas outras diretrizes adotadas pela organização durante a sua trajetória de existência, que orientava os seus militantes a adotarem determinadas práticas que não se desligavam completamente de sua origem cristão, a partir de



movimentos leigos da Igreja Católica. Por isso, as várias fases da história da AP ficaram marcadas pelo romantismo revolucionário-romantismo entendido como uma “crítica da modernidade”:

O romantismo revolucionário procuraria instaurar um futuro novo, no qual a humanidade encontraria uma parte das qualidades e dos valores que tinha perdido com a modernidade: comunidade, gratuidade, doação, harmonia com a natureza, trabalho como arte, encantamento da vida. (...). Além de apostar numa utopia anticapitalista moldada no passado, o romantismo revolucionário caracteriza-se também pela ênfase na prática, na ação, na coragem, na disposição, na vontade de transformação, muitas vezes em detrimento da teoria e dos limites impostos pelas circunstâncias históricas objetivas (2002, p.255).

Antonio também participou no estado, na política de integração na produção, tendo ido trabalhar como operário na Wallig, uma metalúrgica que fabricava blocos de motor para a Mercedes-Benz. Nesse local, além de exercer sua função como operário, mas também realizava ações políticas junto aos trabalhadores; colocava panfletos em suas caixinhas, no horário de intervalo; promovia debates e reuniões e participava da organização de protestos realizados em datas específicas como na ocasião em que o governo militar promoveu um evento oficial para comemorar o primeiro de maio. Logo, as atividades desenvolvidas pelo militante tinham por finalidade promover, nos operários, uma maior conscientização política.

Para Gramsci (1995), o papel dos intelectuais orgânicos na sociedade estaria ligado a promoção de uma conscientização política nas massas, que permitisse sua elevação cultural. Para isso, seria necessário um contato permanente entre esses intelectuais e a população, através do qual, eles conseguiriam combater a hegemonia ideológica exercida pela classe dominante sobre a população, promovendo uma mudança na concepção de mundo e, posteriormente, na realidade de vida dessas pessoas, que passariam do senso comum para o bom senso com a aplicação da filosofia da práxis. Assim, na interpretação de Gramsci, os intelectuais orgânicos jamais poderiam perder o contato com as massas, pois:

O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massa; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativamente e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova “amplitude” e





complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simplórios, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, através de indivíduos, ou mesmo grupos mais ou menos importantes, no estrato dos intelectuais especializados (1995, p.25).

O contato com as massas é mais uma das características que aproximou o trabalho político desenvolvido pelos militantes da AP do conceito de intelectual orgânico desenvolvido por Gramsci, pois eles estavam sempre em contato com a população, fosse através dos movimentos de alfabetização, das atividades culturais, fosse pela própria participação no movimento de integração na produção. Para promover a elevação cultural da população, os militantes lançavam mão das mais variadas estratégias, como a distribuição de panfletos, organização de debates, reuniões e palestras que tinham por objetivo fomentar a consciência crítica nas pessoas, tanto sobre as suas próprias condições de vida e de trabalho, como de sua função como agente de transformação da sociedade.

Assim, as atividades desempenhadas pelos intelectuais da AP foram interpretadas como uma tentativa de criação de um grupo que, em certo prazo, poderia ter se tornado os intelectuais orgânicos da classe operária e camponesa brasileira. Então, as ações políticas que eles desempenhavam tinham por objetivo promover mudanças na sociedade, através da conscientização popular e da elevação do senso comum para o bom senso que, na leitura de Gramsci, deveriam ser realizadas pelos intelectuais orgânicos, pois a massa não conseguiria se tornar independente sem a atuação desse grupo de dirigentes, pois:

Autoconsciência crítica, significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais; uma massa humana não se distingue e não se torna independente “por si” em sentido lato; e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente de um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. Mas esse processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de cisões e de agrupamentos; e, neste processo a fidelidade da massa e a fidelidade e disciplina são inicialmente a *forma* que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo é submetido a duras provas (1995, p.21).

Durante os depoimentos, os militantes da AP apresentaram posições diferenciadas quanto à integração na produção, pois, enquanto para alguns, a transferência de pessoas de uma região para outra ocasionou a desestruturação do grupo, ao mesmo tempo em que eles não conseguiram realizar uma ligação efetiva com os camponeses e operários, para outros



militantes, a experiência foi positiva e poderia ter resultado, mesmo em um prazo mais longo, em mudanças sociais no país. Na avaliação de Nilce, a integração com os operários proporcionou o maior aprendizado de sua vida, pois foi lá, por exemplo, que ela passou a ter mais firmeza em suas convicções, pois confiava que tanto ela quanto a organização poderiam alcançar os objetivos pretendidos com as tarefas realizadas junto aos operários, e que esse trabalho poderia modificar, mesmo que a um prazo mais longo, as estruturas sociais brasileiras.

Na avaliação da militante Mara, a integração na produção foi positiva para AP e também para o seu desenvolvimento pessoal, pois fez com que ela adquirisse as qualidades de concentração, disciplina e firmeza, porque, durante a integração, ela teve que tomar muitas decisões que afetavam não só ela, mas também aos companheiros com os quais ela tinha contato. No entanto, a política teve dois erros básicos, sendo um deles subjetivo e o outro de premência. O erro de premência foi que os militantes eram deslocados, da mesma maneira que ela foi designada para realizar a integração na Bahia, sem as mínimas condições materiais, o que os deixava abaixo do nível econômico das próprias massas e isso dificultava a realização até mesmo das ações políticas, pois às vezes, ela não podia se deslocar para participar de reuniões porque não tinha dinheiro para utilizar o transporte público. Junte-se a isso o erro subjetivo de que as pessoas, as quais não aceitaram participar do processo de integração, não terem ficado como militantes da AP, mas apenas como “amigos” da organização.

Entretanto, na avaliação de Antonio, o movimento de integração na produção foi uma política incorreta adotada pela AP, pois a direção nacional acreditava que a aproximação com os operários ia modificar os militantes, oriundos principalmente da pequena burguesia e do meio estudantil, e eles iam passar a entender o que era ser proletário. Esse pensamento, para ele, era utópico e dogmático, pois o fato de um militante passar cem dias trabalhando em uma fábrica e morando numa vila não podiam torná-lo um operário, porque eles não perderam as raízes de sua classe de origem, então a AP teve uma visão muito romântica na adoção dessa política.

Em relação ao término da política de integração na produção, Antonio informou que, em 1971, ele e Nilce foram orientados pela direção nacional, por medida de segurança, a deixarem os seus trabalhos nas fábricas e voltarem a viver na legalidade. Em virtude disso, Nilce foi trabalhar como professora de matemática, enquanto Antonio fez um curso de



computação e foi atuar na área de informática até abril de 1972, quando ambos foram presos pela polícia e encaminhados ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de Porto Alegre.

### **Considerações Finais**

Percebeu-se assim, que os militantes da Ação Popular, além de terem dado início a política de integração na produção no ano de 1967, também participaram de vários movimentos de oposição à ditadura civil-militar e ao arrocho salarial. Dessa forma, a AP fez-se presente também nas manifestações de 1968, como nos protestos realizados pelos trabalhadores no dia 1º de maio, em nível nacional e estadual.

Com a decretação do AI-5 no final de 1968, a direção nacional da AP, por medida de segurança, a intensificar o movimento de integração dos seus militantes na produção. Os militantes transferidos para o Rio Grande do Sul foram integrados em metalúrgicas na região da grande Porto Alegre, sendo responsáveis por organizar uma série de atividades que tinham como finalidade principal conscientizar politicamente os operários, que incluíam a distribuição de panfletos, a realização de debates e reuniões e a participação em protestos que faziam oposição à ditadura militar, ao mesmo tempo chamavam atenção para a necessidade de mudanças no país.

Nessa perspectiva, as atividades desenvolvidas pelos militantes da AP junto às massas tentando desenvolver nelas a conscientização política, para que, juntos, eles pudessem formar um partido político que conduzisse mudanças estruturais na sociedade, foi uma tentativa, mesmo que incipiente, para formação de um grupo de intelectuais orgânicos, que poderiam representar a classe trabalhadora brasileira.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O**



**Brasil Republicano:** o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2 ed. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.95-131.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da Revolução Brasileira:** a experiência da Ação Popular no Paraná. Maringá: Eduem, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade; as reconstruções da memória. In; REIS FILHO, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; MOTTA, Rodrigo e Patto Sá. (org). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois:** 1964-2004. Bauru, SP; Edusc, 2004. p. 29-52.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil:** Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p.213-267.

PAES, Maria Helena de Simões. **A década de 60:** rebeldia, contestação e repressão política. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.

SANTANA, Cristiane Soares. **Maoísmo na Bahia (1967-1970).** Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

SALES, Jean. Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar, a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana.** São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

**Recebido em Setembro de 2011**  
**Aprovado em Outubro de 2011**